



Olhar político

Perspectivas para o início de 2021

Brasília/DF – Ano IV - Olhar Político

31 de janeiro de 2021

Edição

#046

Olhar político

Edição

#046

A edição #46 do Olhar Político apresenta análise do último desdobramento com impacto político da crise sanitária atual: O início da campanha brasileira de imunização. Igualmente apresenta um panorama geral sobre o que é esperado das eleições que ocorrerão para presidência Senado e na Câmara, uma perspectiva da agenda legislativa de 2021 e o calendário prospectivo deste ano.

Índice:

03

Vacinação contra o Coronavírus e seus impactos políticos

05

Eleições para presidência da Câmara e Senado

13

Agenda legislativa prospectiva para 2021

20

Calendário 2021



Vacinação contra o Coronavírus e seus impactos políticos

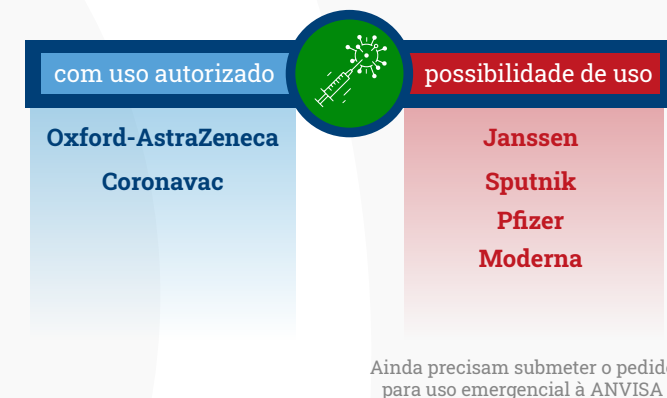
Após um longo período de expectativas sobre as condições em que se iniciaria a campanha, em janeiro de 2021 as primeiras doses de vacina contra a Covid-19 foram distribuídas aos brasileiros, o que fez com que o Brasil, ao ser comparado com Estados Unidos, Reino Unido, Argentina e China – por exemplo, tivesse aberto tardiamente a sua vacinação. Aguardava-se que a ANVISA avaliasse o processo relativo ao uso emergencial para que a utilização de dois imunizantes (Coronavac e Oxford-AstraZeneca) fossem liberados em território nacional - fato que ocorreu em 17 de janeiro. Nesse mesmo domingo, deu-se início à aplicação da Coronavac.

Por letargia do alto escalão, o Governo Federal não foi o ente que liderou a imunização, mas sim o Governo de São Paulo. Em dezembro, a União apresentou um plano genérico sobre sua proposta para inoculação da população. Postularam-se vagamente grupos prioritários, mas a logística

não foi definida de forma mais precisa. E, em período anterior, não houve a atuação política necessária para que fossem obtidas doses prontas importadas da vacina, insumos básicos para campanha (agulhas, seringas) ou mesmo materiais-base para produção nacional de imunizantes.

O grande beneficiário da morosidade da administração federal foi João Dória (PSDB), à frente do executivo paulista. Por meio do Butantan, instituto sob a tutela do Governo de São Paulo, foi construído um acordo com a empresa chinesa Sinovac. 5 meses depois, ele alcançou o feito de ser o primeiro a disponibilizar a vacina no Brasil. Para evitar o ganho de capital político de um possível concorrente nas próximas eleições, o Presidente da República e sua equipe buscaram a importação de doses da Oxford-AstraZeneca com a Índia, isso para que o Governo Federal fosse o primeiro a inocular alguém contra Covid-19 – o que não foi bem sucedido até o momento.

Vacina contra Covid-19 no Brasil



Grupos Prioritários previstos pelo Plano de Vacinação federal





Vacinação contra o Coronavírus e seus impactos políticos

Contudo, a recém-iniciada campanha nacional de vacinação enfrenta obstáculos expressivos. O distanciamento diplomático com a Rússia, Índia, China e Argentina poderão se converter em fator complicador para importação de doses prontas ou de insumos para fabricação do imunizante em território brasileiro. E, na falta de diretrizes mais claras por parte do Governo Federal, cada estado até o momento está decidindo seu próprio plano de vacinação, sem que haja uma coordenação real entre os entes – o que pode gerar competição por recursos em um futuro bem próximo.

O Governo Federal também enfrenta a crise logística relativa ao novo pico de casos de covid-19 posterior às festas de final de ano. O Amazonas foi o primeiro lugar em que o sistema de saúde entrou em colapso com a subida do número de infectados pela doença. Faltou oxigênio para os internados em Manaus. Caso não haja atuação rápida por parte do Ministério da

Saúde, outros estados podem seguir caminho semelhante. Em consequência desses dois eventos, a própria possibilidade de impeachment do Presidente voltou a ser ventilada. O atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que apoia o candidato Baleia Rossi (MDB/SP), já expressou que o assunto poderá ganhar força após a fase aguda da crise sanitária.

Sob tal conjuntura, é um momento em que o Governo Federal está fragilizado. O auxílio emergencial, que segurou a economia e a popularidade do chefe do Executivo federal, acabou e a situação relativa à questão sanitária não melhora. Espera-se que a equipe presidencial tome medidas para manter sua viabilidade do poder – entre as possibilidades de mudança, encontram-se mudanças nas chefias de Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores em nova negociação de cargos com membros do centrão político.

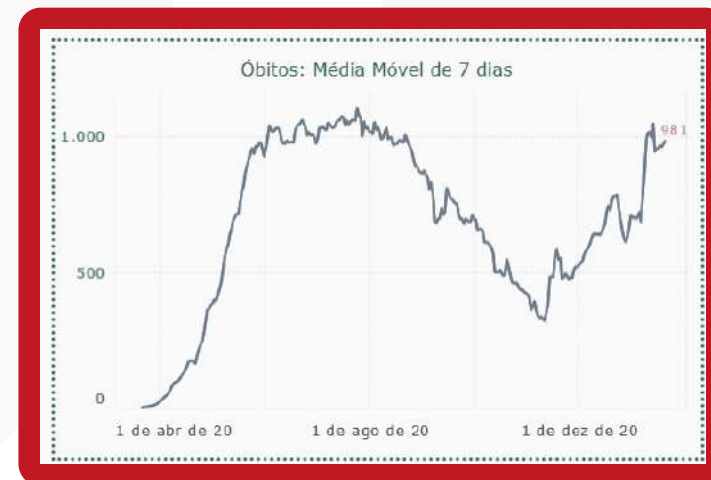
Desafios para a campanha de vacinação



Atritos diplomáticos



Coordenação logística em nível nacional



Não é um momento de arrefecimento da pandemia.



Eleições para presidência da Câmara e Senado

O presidente Jair Bolsonaro busca entre os parlamentares apoio para seu candidato na Câmara, Arthur Lira (PP/AL), para que haja a continuidade do andamento de sua agenda e para se proteger contra a possível abertura de um processo de impeachment causado pelos últimos desdobramentos negativos que ocorreram em relação à crise do Coronavírus. Por sua vez, a candidatura de Baleia Rossi (MDB/SP) se fundamenta na ideia da manutenção da atuação mais independente do Legislativo perante o Poder Executivo. Comparando-se os dois candidatos, ambos possuem pautas em comum no campo econômico – por exemplo, são apoiadores da agenda de liberalização econômica e de reformas como a Reforma Administrativa e a Emergencial. A maior divergência se encontra no apoio à agenda de costumes – Lira apoiaria o Presidente, enquanto Rossi não.

No Senado, a narrativa da disputa entre Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e Simone Tebet (MDB/MS) é mais opaca. Pacheco é um político de perfil conciliador e atuaria pela aprovação das reformas defendidas pelo Executivo. Tebet, de maneira semelhante, também se alinharia à essa agenda específica, mas se distingue de seu rival por ter apoio do Muda Senado, que propõe abertura da CPI da “Lava Toga” e da apuração das “rachadinhas”.



Disputa
na Câmara



Arthur Lira



Baleia Rossi



Disputa
no Senado



Simone Tebet



Rodrigo Pacheco



Eleições para presidência da Câmara dos Deputados

Presidência da Câmara dos Deputados

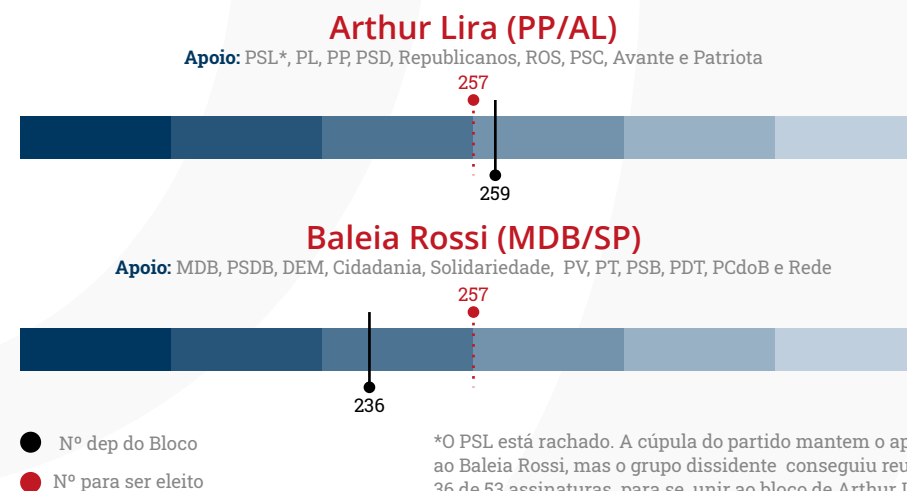
O início do ano legislativo nas Casas do Congresso Nacional será marcado pela eleição das Mesas Diretoras. Na Câmara dos Deputados, a disputa para a presidência da Casa, que ocorrerá no dia 1º de fevereiro e exigirá ao menos 257 votos (maioria absoluta) para que o candidato seja eleito, deverá ocorrer entre o líder do PP, Arthur Lira (AL), e o presidente nacional e líder do MDB, Baleia Rossi (SP). Outros nomes com menor viabilidade também poderão ser lançados na disputa, como o da deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) e dos deputados Fábio Ramalho (MDB/MG), Capitão Augusto (PL/SP), André Janones (Avante/MG), Alexandre Frota (PSDB/SP) e Marcel Van Hattem (Novo/RS).

Lira é apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro e por um bloco de nove partidos – PSL, PL, PP, PSD, Republicanos, PROS, PSC, Avante e Patriota – e poderá assegurar o apoio de outros dois – PODEMOS e PTB. O bloco possui 259 deputados. Por sua vez, Rossi é representante do grupo político do atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM/RJ), que tem o apoio de 11 siglas, sendo seis de partidos independentes ao governo – MDB, PSDB, DEM, Cidadania, Solidariedade e PV – e cinco de oposição – PT, PSB, PDT, PCdoB e Rede. Somados, o bloco representa 236 deputados.

Embora largue com o apoio teórico de 259 deputados, 2 a mais do que o número necessário para ser eleito, Arthur Lira deverá ter um número considerável de dissidentes do PSL, que entra na disputa dividido. Por sua vez, Baleia Rossi vê boa parte dos partidos que o apoia dividido, podendo contar com um número grande de parlamentares que irão votar em Arthur Lira.

Eleição para os demais cargos da Mesa Diretora

a para os demais cargos da Mesa Diretora (sete efetivos e quatro suplências) obedecem ao critério da proporcionalidade partidária dos blocos. Assim, quanto maior o somatório de bancadas dentro de cada um, mais cadeiras esse grupo terá direito a ocupar. As eventuais dissidências não interferem nesse cálculo, uma vez que somente o quantitativo formal é considerado. No atual contexto, o bloco de Lira teria direito a escolher quatro dos sete cargos efetivos da mesa. Esses postos serão destinados a partidos de sua coalizão e não poderão ser disputados por candidatos de legendas que não pertençam ao bloco detentor das escolhas. É importante salientar que os blocos poderão sofrer alterações até momentos antes da eleição, prevista para o dia 1º de fevereiro, quando eles serão definitivamente formalizados para a disputa.





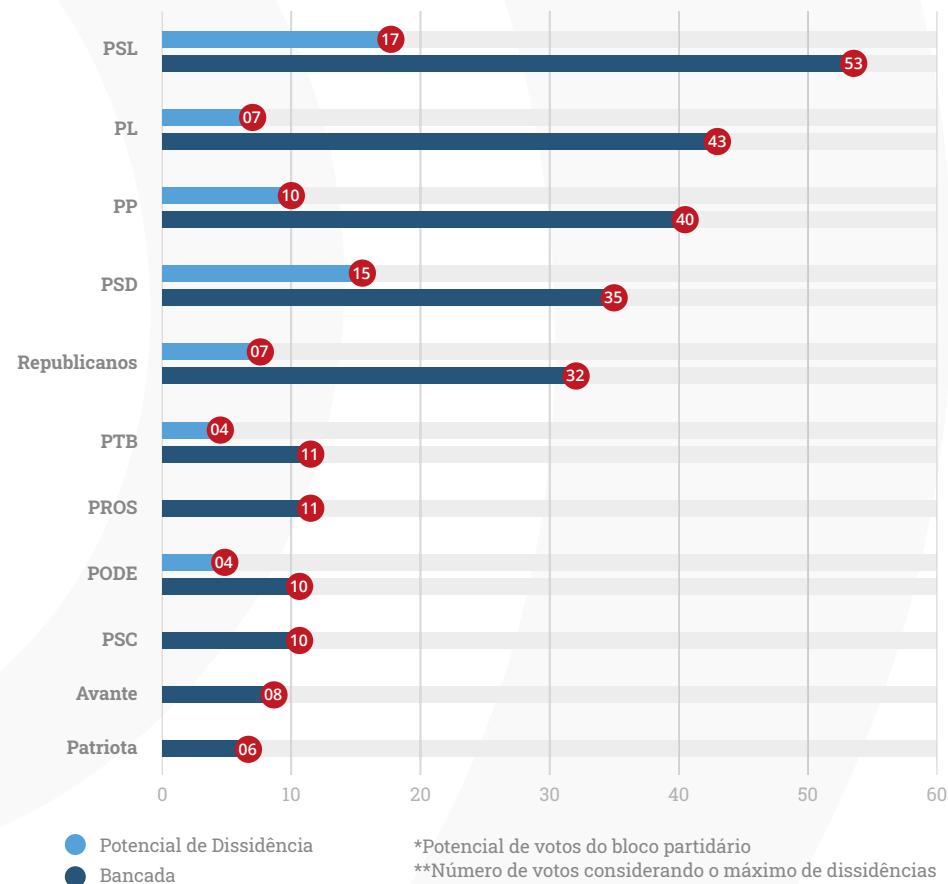
Eleições para presidência da Câmara dos Deputados



Arthur César Pereira de Lira (PP/AL) é advogado e empresário agropecuarista, natural de Maceió (AL), nasceu em 25 de junho de 1969 (51 anos). É filho do ex-Senador da República, Benedito de Lira (PP/AL). Está em seu oitavo mandato eletivo, sendo dois como vereador de Maceió/AL, três como deputado estadual e três como deputado federal. Político experiente, Lira é uma das principais lideranças do chamado Centrão.

Sua candidatura, que é apoiada pelo Palácio do Planalto e por siglas consideradas pragmáticas, poderá representar o fortalecimento da agenda de costumes, de regularização fundiária na Amazônia, de regulamentação do homeschooling e do voto impresso. Na agenda econômica, Lira possui convergência com as reformas administrativa e emergencial; e poderá pautar a privatização de estatais. Seu perfil pragmático seria mais flexível para a eventual aprovação da reforma tributária almejada pela equipe econômica, dividida em fases – começando pela unificação do PIS/COFINS e passando pelo imposto sobre transações eletrônicas. Por outro lado, poderia ressaltar o protagonismo do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, na disputa de espaço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, uma vez que deverá barganhar a liberação de investimentos nas bases eleitorais de seu grupo político.

Partidos que pertencem ao Bloco | 259 votos* | 64 votos**





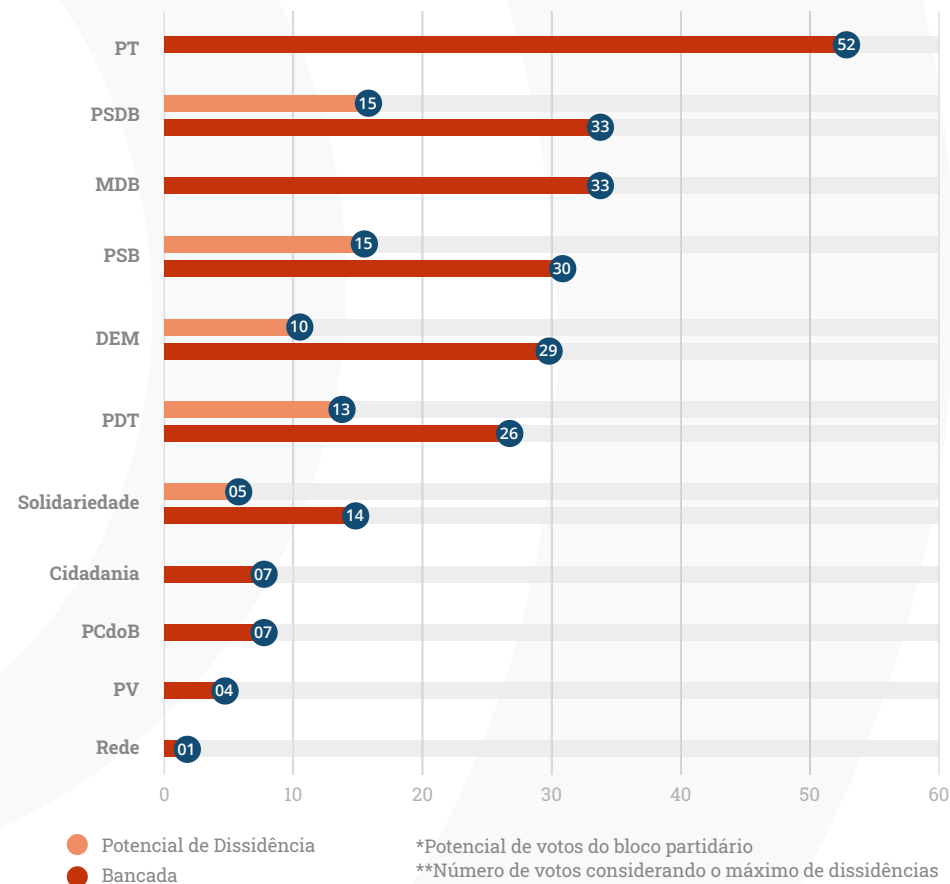
Eleições para presidência da Câmara dos Deputados



Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi (MDB/SP) é advogado, natural de São Paulo (SP), nasceu em 09 de junho de 1972 (48 anos). É filho do ex-deputado e ex-ministro da Agricultura, Wagner Rossi. Está em seu quarto mandato eletivo, sendo um como vereador de Ribeirão Preto/SP, um como deputado estadual e dois como deputado federal.

Sua candidatura é apoiada pelo presidente Rodrigo Maia e por partidos de perfil programático, mas que possuem programas heterogêneos. Rossi deverá ter postura mais independente ao Poder Executivo e não deverá priorizar a votação da agenda de costumes, de regulamentação do homeschooling e do voto impresso. Na agenda econômica, deverá priorizar a votação das reformas administrativa, emergencial e tributária (PEC de sua autoria). Por outro lado, terá maiores dificuldades para pautar a privatização de estatais.

Partidos que pertencem ao Bloco | 236 votos* | 58 votos**





Eleições para presidência do Senado Federal

Presidência do Senado Federal

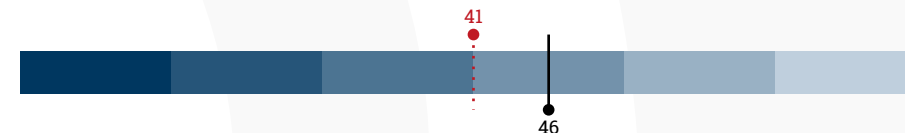
No Senado Federal, surgem como principais postulantes à sucessão de Davi Alcolumbre (DEM/AP) o líder do Democratas, senador Rodrigo Pacheco (MG), que conta do apoio do atual presidente da Casa e do Palácio do Planalto, e a atual presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB/MS), que recentemente perdeu o apoio do próprio partido e será candidata independente à presidência. Outros nomes também poderão formalizar suas candidaturas, entre eles: o senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), Major Olímpio (PSL/SP) e Lasier Martins (PODE/RS).

Pacheco é apoiado por um bloco de oito partidos – PSD, PP, PT, DEM, Republicanos, PROS, PL, PDT e PSC. O bloco reúne 42 senadores, o que seria suficiente para eleição em 1º turno, caso não haja dissidências ou a dissidência seja igual nas principais duas candidaturas. Além disso, poderá formalizar nas próximas horas o apoio do MDB, que recentemente deixou a candidatura de Simone Tebet e poderá somar até 12 votos à sua candidatura. Por sua vez, Tebet, que deverá ter o apoio dos senadores que compõem o bloco suprapartidário Muda Senado, deverá ter o apoio de duas siglas – PODEMOS e Cidadania. Somados, o bloco representa 13 senadores. Como se vê, Rodrigo Pacheco larga como grande favorito para presidir a Casa no biênio 2021-2022.

Mas ainda há muitos partidos em aberto ou que já anunciaram que vão liberar a bancada, são eles: PSDB, com 7 senadores; PSL, com 2 senadores; REDE, com 2 senadores; e PSB com 1 senador. Ao todo, esse bloco conta com 15 senadores que definirão as eleições no Senado

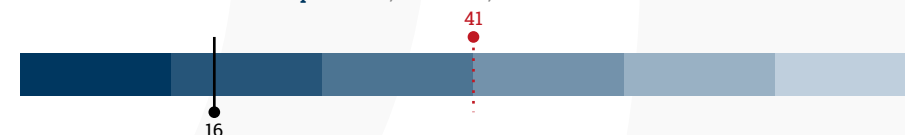
Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Apoio: PSD, PP, PT, DEM, PSDB*, Republicanos, PROS, PDT, PL e PSC.
O MDB ainda negocia a entrada no Bloco



Simone Tebet (MDB/MS)

Apoio: MDB, PODEMOS, Cidadania e PSDB*



● N° dep do Bloco
● N° para ser eleito

*O PSDB liberou a bancada, sendo que 4 senadores deverão apoiar Rodrigo Pacheco e 3 apoiarão Simone Tebet



Eleições para presidência do Senado Federal



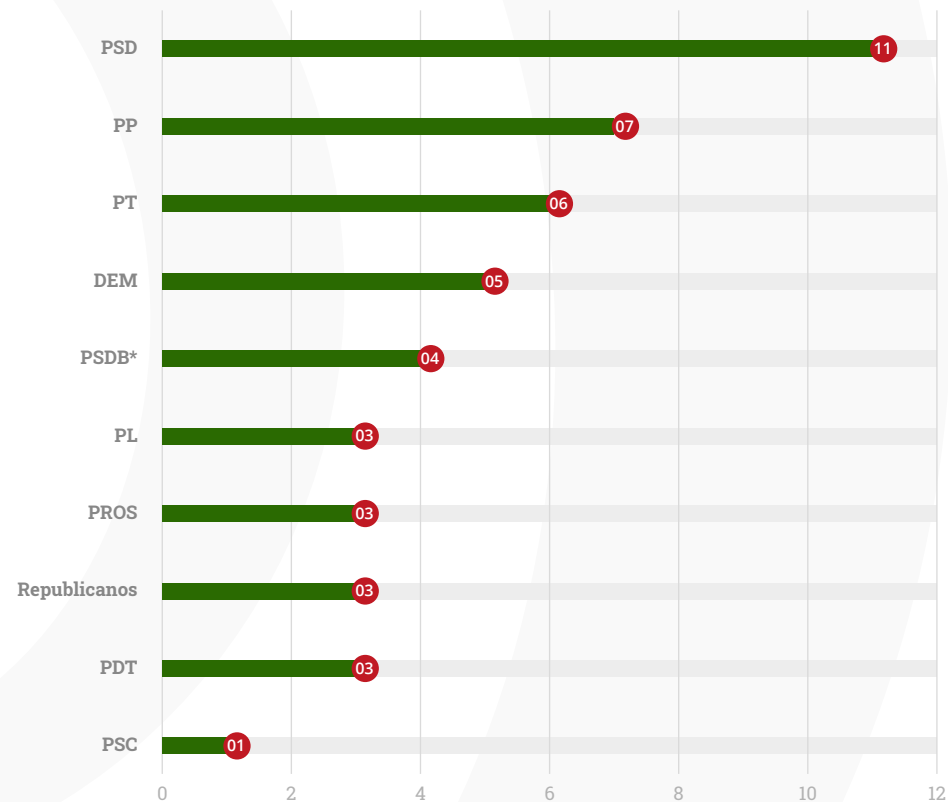
Rodrigo Otávio Soares Pacheco (DEM/MG) é advogado e empresário, natural de Porto Velho (RO), nasceu em 3 de novembro de 1976 (idade 44 anos). Está em seu segundo mandato eletivo, sendo um como deputado federal e um como Senador da República.

Sua candidatura é apoiada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), e tem a simpatia do Palácio do Planalto. Pacheco é articulado e possui perfil conciliador, além disso tem convergência com as reformas administrativa e emergencial.

No Congresso já ocupou cargos importantes como a presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e, atualmente, é o líder do seu partido no Senado Federal.

Quando eleito para deputado federal em 2014, Pacheco era filiado ao MDB, migrando para o DEM apenas em 2018.

Partidos que pertencem ao Bloco | 29 votos



* O PSDB liberou a bancada, mas deverá entregar ao menos 4 voto para a candidatura de Rodrigo Pacheco;

** O MDB poderá formalizar o seu ingresso no bloco na segunda-feira (01/02)



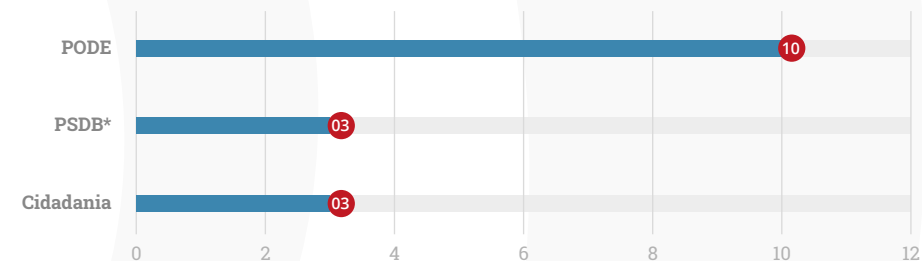
Eleições para presidência do Senado Federal



Simone Nassar Tebet (MDB/MS) é advogada, natural de Três Lagoas (MS), nasceu em 22 de fevereiro de 1970 (50 anos). É filha do ex-presidente do Senado, Ramez Tebet. Está em seu quinto mandato eletivo, sendo um como deputada estadual; dois como prefeita de Três Lagoas/MS, um como vice-governadora e um como Senadora da República. É a primeira mulher a disputar a presidência do Senado representando oficialmente a maior bancada da Casa.

Sua candidatura é apoiada pelo grupo Muda Senado, que apoia a abertura da CPI da “Lava Toga” e da apuração das chamadas “rachadinhas”. Tebet possui atuação independente ao governo, mas possui convergência com a agenda de reformas econômica e regulatória do governo, exceto em questões ambientais.

Partidos que pertencem ao Bloco | 16 votos



*O PSDB liberou a bancada, mas deverá entregar ao menos 4 votos para a candidatura de Rodrigo Pacheco



Pautas Prioritárias em 2021















Presidência do Senado Federal

A crise relativa ao coronavírus não se encerrou com a passagem de ano e seus impactos devem continuar marcando o cenário político em 2021. Neste contexto, ações para conter a Covid-19, a estruturação de um programa de vacinação e a busca de meios para garantir que a economia volte ao nível de atividade anterior à pandemia deverão estar entre a agenda prioritária do primeiro semestre.

No combate ao repique da Covid-19, os governadores poderão decretar novas medidas restritivas de circulação de pessoas até meados de março, uma vez que ainda existem muitas dúvidas sobre o início do processo de vacinação em âmbito nacional.

Na economia, a equipe econômica deverá priorizar a agenda de reformas pendentes de apreciação no Parlamento – Orçamento para 2021, reformas Administrativa, Tributária, Fiscal (PEC Emergencial), compra de terras por estrangeiros, Autonomia do Banco Central, BR do Mar, Marco Legal das Ferrovias, Lei do Gás, Privatização da Eletrobrás, entre outros –, com relevo para o controle dos gastos públicos, mas a pressão política por medidas de estímulos econômicos – como a prorrogação do auxílio emergencial ou a ampliação do programa Bolsa Família, bem como a prorrogação do Estado de Calamidade Pública – poderá levar a outro caminho. Como medida alternativa, o Governo Federal poderá antecipar o 13º salário de beneficiários do INSS para tentar compensar os impactos do fim do auxílio emergencial, que injetou R\$ 254 bilhões na economia e atendeu 66,4 milhões de pessoas.

Temas da agenda prioritária em tramitação no Congresso

| | | | | | |
|---|------------------------|---|---|------------------------|-------------------------------------|
|  | MP 1026/2021 | Vacina contra a COVID-19 |  | PEC 32/2020 | Reforma Administrativa |
|  | PEC 45/19 | Reforma Tributária* - Caminha junto com a PEC 110/2019, no Senado, e o PL 3887/2020, do CBS |  | PL 5191/2020 | FIAGRO |
|  | PEC 186/2019 | PEC Emergencial – Redução da despesa pública com pessoal e possível novo programa social |  | PDL 1/2021 | Prorrogação do Estado de Calamidade |
|  | PL 4476/2020 | Medidas para fomentar a Indústria do Gás natural |  | PLN 28/2020 | Lei Orçamentária para 2021 |
|  | PL 2963/2019 | Compra de Terra por Estrangeiros |  | PLP 137/2020 | Superávit dos Fundos |
|  | PL 4199/2020 | BR do Mar – Marco da Cabotagem no Brasil |  | PLP 19/2019 | Autonomia do Banco Central |
|  | PL 5877/19 | Desestatização da Eletrobrás |  | PLS 261/2018 | Marco Legal das Ferrovias |



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |



PEC 45/2019

Reforma Tributária

Do deputado Baleia Rossi (MDB/SP) e outros, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Status: aguardando parecer do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) em Comissão Especial. Caminha junto com a PEC 110/2019, no Senado, e o PL 3887/2020, do CBS.



PEC 32/20120

Reforma Administrativa

Do Poder Executivo. A proposta trata da Reforma Administrativa, com alterações sobre a admissão de servidores públicos, estabilidade, cargos típicos de Estado, bem como as competências da Presidência da República em organizar a Administração Pública.

Status: aguardando despacho para a CCJC.



PL 4476/2020

Lei Geral do Gás

Do deputado Mendes Thame (PV/SP), que cria novo marco geral do Gás Natural. O projeto regulamenta o escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural

Status: aguardando parecer do relator, deputado Laércio Oliveira (PP/SE).



PLP 221/1998
PLP 511/2018

Altera a lei Kandir

Do então ex-deputado federal Germano Rigotto (MDB/RS), exclui e determina a devolução de imposto cobrado pelo vendas de bens arrendados. Já o PLP 511/2018, de autoria do senador Wellington Fagundes (PL/MT), trata da compensação financeira devida pela união ao demais entes da federação em razão da renúncia fiscal com a lei Kandir.

Status: ambas matérias estão prontas para serem apreciadas em plenário.



PEC 196/2019

Reforma Sindical

De deputado Marcelo Ramos (PL/AM) apresentada em 11 de novembro a PEC emenda a redação do Art.º 8 da CF para promover reforma sindical.

Status: Aguardando criação de comissão temporária pela Mesa da Câmara.



PEC 438/2018

Regra de Ouro | Redução de Jornada com Redução de Salários

Do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ), que estabelece as seguintes medidas de contenção das despesas públicas: i) a possibilidade de interrupção do pagamento do abono salarial; ii) redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com redução dos vencimentos; iii) redução das despesas com servidores não estáveis; iv) aprofundamento da política de privatizações; e v) a cobrança de contribuição previdenciária suplementar provisória de 3% para servidores civis e militares, ativos e inativos; e vi) a demissão dos servidores estáveis caso a despesa total com pessoal ultrapasse o valor apurado (e corrigido) em 2016.

Status: aguarda instalação de comissão destinada a sua análise de mérito.



PLP 494/2018
PLS 488/2018

Lei de Responsabilidade Gerencial

Do então senador Roberto Muniz (PP/BA), que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com o intuito de estabelecer normas e diretrizes para encaminhamento de proposições legislativas que instituem políticas públicas, propiciando melhor responsabilidade gerencial na Administração Pública.

Status: Matéria pronta para ser apreciada no Plenário.



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |



MP 1026/2020

Vacinação Contra a COVID-19

Do Poder Executivo, que trata da medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a Covid-19..

Status: Aguardando designação de relator no Plenário



PL 3729/2004

Licenciamento Ambiental

Do então deputado Luciano Zica (PT/SP) e outros, que introduz novo marco de licenciamento ambiental.

Status: o projeto tramita em regime de urgência e poderá ser apreciado diretamente em Plenário onde deverá ser relatado pelo deputado Kim Kataguiri (DEM/SP). No âmbito da CCJC, o projeto está sob a relatoria do deputado João Roma (Republicanos/BA) e aguardando designação de relator na CFT.



PL 10720/2018

Lei das Organizações Sociais

Do senador José Serra (PSDB/SP), que estabelece novas regras para celebração, controle e rescisão de contratos de gestão do poder público com organizações sociais.

Status: aguarda parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) na CTASP.



PL 9163/2017
PL 798/2019

Governança Pública

Do Poder Executivo (Michel Temer), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: i) capacidade de resposta; ii) integridade; iii) confiabilidade; iv) melhoria regulatória; v) prestação de contas e responsabilidade; e vi) transparência. O projeto tramita na cadeia de proposições apensadas ao PL 798/2019.

Status: aguardando parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) na CTASP.



PL 10887/2018

Lei de Improbidade Administrativa

Do deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), que atualiza a lei de improbidade administrativa. Trata-se de projeto de lei decorrente dos trabalhos da comissão de juristas coordenada pelo ministro Mauro Campbell do STJ. Entre outras alterações, o projeto concede legitimidade ativa exclusiva aos membros do Ministério Público para proposição das ações de improbidade administrativa.

Status: aguardando parecer do deputado Carlos Zaratini (PT/SP) em comissão especial.



PLP 19/2019
PLP 200/1989

Autonomia do Banco Central

Do então senador Itamar Franco (PRN/MG), que dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil.

Status: aguardando parecer do deputado Celso Maldaner (MDB/SC) na CCJC. A matéria tramita em regime de Urgência, podendo ser apreciado diretamente pelo Plenário da Câmara dos Deputados. O governo poderá enviar uma PEC tratando do assunto.



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |



PEC 133/2019

Proposta Paralela da Reforma da Previdência | PEC Paralela

Da CCJ do Senado, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza.

Status: aguardando parecer do deputado Felipe Francischini (PSL/PR) no âmbito da CCJC.



PLP 504/2018

Plano de Revisão Periódica de Gastos

Do senador José Serra (PSDB/SP), que altera a lei de finanças públicas, com objetivo de inserir o Plano de Revisão Periódica de Gastos no plano de governo que o Presidente da República é obrigado a enviar ao Congresso Nacional anualmente.

Status: aguardando parecer do relator na CTASP deputado Kim Kataguiri (DEM/SP).



PLP 51/2019

Demissão de Servidor Público Estável por Insuficiência de Desempenho

Do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que regulamenta o inciso III do § 1º do art. 41 da Constituição, para disciplinar o procedimento de avaliação periódica anual de desempenho de servidores públicos estáveis das administrações diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Status: aguardando a designação de relator na CTASP.



PL 2963/2019

Compra de terras por estrangeiros

Do senador Irajá (PSD/TO), que regulamenta a aquisição, posse e o cadastro de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira.

Status: aguarda despacho para as Comissões Permanentes.



PEC 108/2019

Regulamentação de Conselhos Profissionais

Do Poder Executivo, que dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais.

Status: aguardando parecer do deputado Édio Lopes (PL/RR) na CCJC.



PL 1202/2007

Regulamentação do lobby

Do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Status: pronta para pauta no plenário da Câmara dos Deputados.



PL 3453/2008

Concessões Públicas

Do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que condiciona a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo.

Status: Aguardando designação de relator na CFT.



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |



PL 1646/2019

Devedor Contumaz

Do poder Executivo que, estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa

Status: aguardando parecer do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) em Comissão Especial



PL 1971/2015

Portabilidade da Conta de Luz

Do então deputado Marcelo Squassoni (PRB/SP), que dispõe sobre a portabilidade da conta de luz, as concessões de geração de energia elétrica e a comercialização de energia elétrica

Status: aguardado apreciação do substitutivo apresentado pelo deputado Édio Lopes (PL/RR)



PL 7063/2017

Concessões e Parcerias Público-Privadas

Do então senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios

Status: pronto para apreciação em plenário



PL 5387/2019

Mercado de câmbio brasileiro

Do Poder Executivo, que dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil

Status: aguarda instalação de comissão destinada a sua análise de mérito.



PL10060/2018

Regulamentação do uso do Cartão de Pagamentos de Gastos Federais

Do então senador Ronaldo Caiado - DEM/GO, que dispõe sobre o uso do Cartão de Pagamentos de Gastos Federais (CPGF) por todos os Poderes e órgãos da União.

Status: aguardando manifestação do relator, deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE/GO), à subemenda apresentada a seu substitutivo



PL5877/2019

Desestatização da Eletrobrás

Do poder Executivo. Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás

Status: aguardando despacho do Presidente da Câmara



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |

SENADO
FEDERAL



Plano Emergencial | Medidas de Redução da Despesas



PEC 186/2019

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que dispõe sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal. Permite que a jornada de trabalho dos servidores públicos possa ser reduzida com a redução de até 25% da remuneração em caso de descumprimento dos percentuais de gasto com pessoal descritos na LRF. Por outro lado, regulamenta a chamada regra de ouro, impondo uma série de restrições com impacto para os servidores públicos.

Status: aguarda parecer do relator na CCJ, senador Márcio Bittar (MDB/AC)

Aposentadorias especiais



PLP 245/2019

Do senador Eduardo Braga (MDB/AM), que regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, químicos, físicos, biológicos e com risco à integridade física.

Status: aguarda parecer do relator, senador Esperidião Amin (PP/SC), na CAE.

Regra de Ouro | Redução de Jornada com Redução de Salários



PEC 182/2019

Do senador José Serra (PSDB/SP), que regulamenta a chamada regra de ouro, permitindo a redução de jornada com redução de salário dos servidores públicos e a demissão de servidor público não estável para redução da despesa com pessoal. Por outro lado, retira os gastos previdenciários do Teto de Gastos Públicos de que trata da Emenda Constitucional 95. Além disso, estabelece que os Tribunais de Contas deverão observar em suas decisões as normas e os entendimentos sobre contabilidade pública e estatísticas fiscais estabelecidos por Conselho de Gestão Fiscal.

Status: aguarda parecer do senador Eduardo Braga (MDB/AM) na CCJ.

Mais Brasil | Pacto Federativo | Medidas de Redução da Despesa



PEC 188/2019

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117. Dentre as medidas previstas estão: i) a possibilita a distribuição aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal de parcela dos recursos do pré-sal e transferência, aos demais entes, da integralidade do salário-educação e do custeio das respectivas despesas; ii) criação do Conselho Fiscal da República para discutir a situação financeira dos entes federativos e reverter a trajetória de crescente aumento das despesas obrigatórias e do endividamento e prevê medidas que viabilizem a longo prazo a sustentabilidade fiscal dos entes federativos; iii) mínimo conjunto de saúde e educação; iv) redução da parcela PIS/Pasep que destinada ao BNDES para 14%; v) desindexação do reajuste de emenda parlamentares; vi) supressão da obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos; e vii) extensão da vedação de vinculação de receitas a órgão, fundo ou despesa, hoje prevista apenas para impostos, para qualquer receita pública, observadas determinadas exceções. Por outro lado, permite que a jornada de trabalho dos servidores públicos possa ser reduzida com a redução de até 25% da remuneração em caso de descumprimento dos percentuais de gasto com pessoal descritos na LRF.

Status: aguarda parecer do senador Márcio Bittar (MDB/AC) na CCJ.

Fundos Infraconstitucionais



PEC 187/2019

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional.

Status: aguarda votação do substitutivo do senador Otto Alencar (PSD/BA) na CCJ.



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |

SENADO
FEDERAL



PLP 137/2020

Superávit dos Fundos para o combate à Pandemia

Do deputado Mauro Benevides Filho (PDT/CE), que cria fonte de recursos para o enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de Pandemia da Covid-19 reconhecida pelo Congresso Nacional.

Status: aguarda despacho para as Comissões permanentes.



PL 4199/2020

Marco da Cabotagem no Brasil | BR do Mar

Do Poder Executivo, que institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar).

Status: aguarda despacho para as Comissões permanentes.



PL 5191/2020

FIAGRO

Do deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), que institui os Fundos de Investimento para o Setor Agropecuário - FIAGRO

Status: aguarda despacho para as Comissões permanentes.



PLS 5898/2019

Política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Do senador Eduardo Gomes (MDB/TO), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Status: aguardando parecer do relator CTFC, senador Izalci Lucas (PSDB/DF).



PL 3723/2019

Porte de Armas

Do poder Executivo, promover alterações na lei 10.826/03 que dispõe sobre o registro, posse e comercialização do porte de armas de fogo e munição. Sobre o Firnarm e define crimes.

Status: aguarda realização de audiência pública na CCJ. Matéria relatada pelo senador Marcos do Val (PODE/ES).



PL 1952/2019
PL 2015/2019

Tributação de lucros e dividendos

PL 1952/2019, do senador Eduardo Braga (MDB/AM), que estabelece a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos, e PL 2015/2019, do senador Otto Alencar (PSD/BA), que estabelece alíquota de 15% para o Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos recebidos de pessoas jurídicas.

Status: o PL 1952/2019 aguarda parecer da senadora Daniela Ribeiro (PP/PB) e o PL 2015/2019 aguarda parecer do senador Jorge Kajuru (Cidadania/GO), ambos na CAE



PEC 110/2019

Reforma Tributária

Do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Status: aguardando votação do substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB/MA) na CCJ. Caminha junto com a PEC 110/2019, no Senado, e o PL 3887/2020, do CBS.



Agenda legislativa prospectiva para 2021 |

SENADO
FEDERAL



PLS 487/2013

Reforma do Código Comercial

Do senador Renan Calheiros (MDB/AL), que altera o Código Comercial, que passa a ser dividido em três partes: I) Parte Geral, composta dos seguintes títulos: a) Do Direito Comercial; b) Da Pessoa do Empresário; c) Dos Bens e da Atividade do Empresário; d) Dos Fatos Jurídicos Empresariais; II) Parte Especial, que disciplina os seguintes temas: a) Das Sociedades; b) Das Obrigações dos Empresários; c) Do Agronegócio; d) Do Direito Comercial Marítimo; e) Do Processo Empresarial; III) Parte Complementar, que contém as disposições finais e transitórias.

Status: aguardando parecer da relatora na Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial, senadora Soraya Thronicke (PSL/MS).



PL 7843/2017

Regras e Instrumentos para a Eficiência da Administração Pública

Do deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), que institui regras e instrumentos para a eficiência da administração pública, por meio da desburocratização, inovação, informatização, participação e colaboração do cidadão.

Status: aguarda leitura e numeração no Senado Federal.



PLS 232/2016

Modernização do Setor Elétrico

Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que dispõe sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica.

Status: aguarda prazo de interposição de recurso.



PLS 338/2018

Regulamentação dos Contratos de Impacto Social

Do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que dispõe sobre o Contrato de Impacto Social – CIS, acordo por meio do qual uma entidade pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas de interesse social.

Status: aguarda votação do parecer do Senador Antônio Anastasia (PSD/MG) na CCJ, na forma da Emenda Substitutiva apresentada.



PL 2791/2019

Segurança de Barragens

Do deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG), que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Status: aguarda votação do substitutivo da senadora Leila Barros (PSB/DF) na CMA



PL 3768/2019

Requisitos para ocupação de cargos e funções comissionadas

Do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), que institui no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios critérios e procedimentos gerais a serem adotados na contratação e ocupação de cargos em comissão, funções gratificadas e assemelhadas.

Status: aguardando parecer do senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR) na CCJ.



Calendário Prospectivo Anual

Fevereiro

| | |
|----|--|
| 01 | Retorno das atividades no Supremo Tribunal Federal Eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado |
| 02 | Fim do Recesso Legislativo Perda de eficácia da MP 997 Fim do prazo para apresentação de emendas à MP 1018 |
| 03 | Fim do prazo para apresentação de emendas às MPs 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025 e 2016 |
| 09 | IBGE: Divulgação do IPCA Perda de eficácia da MP 998 |
| 10 | Perda de eficácia das MP 999 e 1000 |
| 12 | BACEN: Divulgação da prévia do PIB |
| 22 | Perda de eficácia da MP 1001 |
| 26 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |

Março

| | |
|----|---|
| 03 | Perda de eficácia das MPs 1002, 1003 e 1004 |
| 10 | Perda de eficácia da MPs 1005 |
| 11 | IBGE: Divulgação do IPCA Perda de eficácia das MP 1006 |
| 14 | COPOM: Definição da Taxa SELIC Perda de eficácia das MP 1007 |
| 25 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 31 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |

2020



Calendário Prospectivo Anual

Abril

| | |
|----|--|
| 05 | Perda de eficácia da MP 1008 |
| 07 | ANAC: Realização de leilão de concessão de 22 aeroportos |
| 09 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 16 | IBGE: Divulgação do PNAD Continua |
| 21 | Feriado – Tiradentes |
| 25 | Perda de eficácia da MP 1009 |
| 27 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |

Maio

| | |
|----|---|
| 01 | Feriado - Dia do Trabalho |
| 07 | Perda de eficácia da MP 1010, 1011 |
| 09 | COPOM: Definição da Taxa SELIC |
| 10 | Perda de eficácia da MP 1012 |
| 11 | IBGE: Divulgação do PICA |
| 13 | Perda de eficácia da MP 1013, 1014 |
| 14 | IBGE: Taxa de desemprego do 1º trimestre |
| 25 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 26 | Perda de eficácia da MP 1015 |
| 27 | IBGE – Divulgação da PNAD Continua Perda de eficácia da MP 1016 e 1017 |
| 30 | Perda de eficácia da MP 1018 |



Calendário Prospectivo Anual

Junho

| | |
|----|--|
| 01 | Perda de eficácia da MP 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025 e 1026 |
| 03 | Fim do prazo para apresentação de emendas às MPs 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025 e 2016 |
| 09 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 16 | COPOM: Definição da Taxa SELIC |
| 25 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 30 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |

Julho

| | |
|----|--|
| 01 | Início do recesso nos Tribunais Superiores |
| 08 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 18 | Início do recesso no Congresso Nacional |
| 23 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 30 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |





Calendário Prospectivo Anual



Agosto

- | | |
|----|---|
| 01 | Fim do recesso nos poderes Legislativo e Judiciário |
| 04 | COPOM: Definição da Taxa SELIC |
| 10 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 11 | Dia do Advogado |
| 25 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 31 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |

Setembro

- | | |
|----|-----------------------------------|
| 07 | Feriado – Independência |
| 09 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 22 | COPOM: Definição da Taxa SELIC |
| 24 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 30 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |



Calendário Prospectivo Anual

Outubro

| | |
|----|---|
| 08 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 12 | Feriado - Nossa Senhora Aparecida |
| 26 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 27 | COPOM: Definição da Taxa SELIC IBGE: Divulgação da PNAD Continua |
| 28 | Dia do Funcionário Público |

Novembro

| | |
|----|------------------------------------|
| 02 | Feriado - Finados |
| 10 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 15 | Feriado - Proclamação da República |
| 25 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 30 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |





Calendário Prospectivo Anual



Dezembro

- | | |
|----|--|
| 08 | COPOM: Definição da Taxa SELIC |
| 09 | Dia Internacional Contra a Corrupção |
| 10 | IBGE: Divulgação do IPCA |
| 14 | Dia Nacional do Ministério Público |
| 20 | Início do recesso nos Tribunais Superiores |
| 22 | Início do recesso no Congresso Nacional |
| 23 | IBGE: Divulgação do IPCA-15 |
| 25 | Feriado - Natal |
| 28 | IBGE: Divulgação da PNAD Continua |

Olhar político

QUEIROZ

Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

www.queirozassessoria.com.br

Fale conosco:

Telefone: +55 61 3225.1804

E-mail: faleconosco@queirozassessoria.com.br

SBS Qd. 1 -Bloco K -Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407

Brasília-DF -CEP: 70.093-900

Edição:

Ana Carolina Siqueira

Arícia Gonzaga

Bruna Duarte

Daniele Santos

Letícia Mendes

Leonel Cupertino

Luiz Filipe

Direção Executiva:

Antônio Augusto de Queiroz

Enrico Ribeiro

Thiago Rego de Queiroz